

O que a nova lei da educação no Brasil revela sobre o poder da mobilização local

Após anos de mobilização, articulação em coalizões e diálogo com parlamentares e gestores públicos, organizações da sociedade civil no Brasil ajudaram a aprovar uma importante nova lei da educação. Agora, começa a próxima etapa: garantir que as promessas da nova lei cheguem às meninas mais excluídas da escola.

O Brasil aprovou uma importante nova lei da educação após anos de pressão da sociedade civil — um marco relevante para o setor no país e um exemplo claro do que o ativismo local pode alcançar. Em 14 de abril de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que define as prioridades da educação brasileira para a próxima década. Para os parceiros do Fundo Malala no Brasil, esse momento é o resultado de anos de ativismo, pesquisa e construção de alianças para desenvolver o marco nacional que orientará a política educacional em todo o país.

“A importância do novo Plano Nacional de Educação 2026–2036 para o direito das meninas à educação no Brasil será medida não apenas por suas metas de universalização do acesso, mas também pela ambição de financiar e implementar políticas que garantam permanência escolar e qualidade com igualdade”, afirmou Andressa Pellanda, coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, maior coalizão de educação do país e parceira do Fundo Malala desde 2020.

Grande parte desse avanço foi impulsionada por parceiros locais e organizações da sociedade civil. A Campanha ajudou a liderar um esforço decisivo para influenciar o texto final do plano. Parlamentares acolheram total ou parcialmente cerca de 70% das emendas propostas por uma coalizão liderada pela Campanha, em articulação com 25 organizações — entre elas parceiros do Fundo Malala, como Centro de Cultura Luiz Freire, Cedeca Ceará, Instituto Odara, Geledés Instituto da Mulher Negra e Ação Educativa.

O caso brasileiro mostra o que é possível quando organizações locais conseguem se mobilizar para influenciar regras, financiamento e mecanismos de responsabilização capazes de melhorar, em grande escala, o acesso de meninas à educação. Apoiar

parceiros locais para catalisar mudanças sistêmicas é um componente central da nova estratégia de cinco anos do Fundo Malala para ampliar o acesso de meninas à escola.

Os avanços para as meninas

A nova lei traz conquistas importantes. Ela estabelece o compromisso de elevar gradualmente o investimento em educação de 7% para 10% do PIB ao longo de dez anos. Também dá mais atenção ao acesso, à qualidade e à permanência escolar em comunidades indígenas, quilombolas e rurais, onde meninas enfrentam barreiras sistêmicas, como pobreza, racismo, discriminação de gênero e violência no ambiente escolar. O texto final também reforça leis que determinam o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. Junto com outras duas vitórias legislativas recentes conquistadas pela Campanha, o PNE contribui para fortalecer a arquitetura legal da educação no Brasil.

Um dos exemplos mais claros desse avanço está na meta de financiamento. O plano anterior também previa alcançar 10% do PIB em investimento em educação, mas esse objetivo nunca foi cumprido. A nova lei retoma essa meta — desta vez por meio de uma implementação escalonada e com revisões periódicas para reforçar a fiscalização do cumprimento das metas.

“Ao combinar o aumento progressivo do financiamento com revisões regulares, o Brasil demonstra um compromisso mais sério com a implementação de suas metas educacionais”, disse Parampreet Singh, Chefe de Assuntos Externos do Fundo Malala. “A renovada ênfase do Brasil em financiamento sustentado para a educação representa uma vitória para as meninas no país e envia ao mundo um sinal importante sobre o que será necessário para garantir a todas as meninas o direito a 12 anos de educação.”

As lacunas no tratamento de raça e gênero

Ao mesmo tempo, a nova lei também mostra por que a pressão política não termina quando uma lei é aprovada. Antes da aprovação do PNE, parlamentares retiraram do texto dispositivos que assumiam explicitamente o compromisso de enfrentar relações étnico-raciais, educação de gênero, educação sexual, direitos humanos e educação anticapacitista nos currículos das escolas de tempo integral. Essas omissões importam porque enfraquecem o marco de políticas públicas necessário para responder plenamente à realidade vivida pelas meninas mais excluídas da educação.

Para as meninas atendidas pelos parceiros do Fundo Malala— adolescentes afrodescendentes, quilombolas e indígenas do Norte e do Nordeste — essas lacunas são especialmente graves. Um plano que não nomeia gênero não consegue enfrentar integralmente as razões pelas quais meninas deixam a escola. Um plano que não nomeia raça não consegue responder de forma adequada à discriminação que aprofunda a exclusão. E um plano que não nomeia nenhum dos dois dificulta o desenho de políticas, a destinação de recursos e a construção de mecanismos de responsabilização voltados às meninas mais afetadas.

“Temos muito orgulho do que nossos parceiros conquistaram ao garantir a aprovação do Plano Nacional de Educação”, afirmou Mariana Monteiro, gerente de parcerias do Fundo Malala no Brasil. “Mas também temos plena consciência de que os compromissos com raça e gênero, pelos quais vários de nossos parceiros vinham lutando, ficaram de fora — em prejuízo das meninas negras, quilombolas e indígenas, que têm mais probabilidade de serem excluídas da escola.”

“A ausência de um compromisso explícito de enfrentamento à violência de gênero e racial na política educacional compromete a trajetória escolar das meninas — especialmente das meninas negras”, disse Suelaine Carneiro, diretora-executiva de educação e pesquisa do Geledés Instituto da Mulher Negra. “Por isso, a sociedade civil reafirma a importância de manter esses temas no centro da agenda.”

A implementação da lei

É por isso que a aprovação do PNE não representa o fim do trabalho, mas o início de uma nova fase. Estados e municípios agora terão de elaborar seus próprios planos de educação em alinhamento com o marco nacional. Organizações da sociedade civil também precisarão manter a pressão durante o processo de revisão bienal do plano, especialmente com o Brasil se aproximando das eleições presidenciais e legislativas de outubro de 2026. O que acontecer daqui para frente determinará se as promessas da lei vão, de fato, se traduzir em escolas melhores, maior permanência e oportunidades reais para as meninas com maior risco de exclusão educacional.

“Sabemos que a mudança real depende do que acontece depois da aprovação da lei”, disse Mariana. “E esperamos seguir apoiando nossos parceiros da sociedade civil enquanto cobram governos, acompanham a implementação e ajudam comunidades a exigir que os compromissos assumidos se transformem em salas de aula, professores e oportunidades.”